

Revista Brasileira de História. (Estruturas Agrárias e Relações de Poder). São Paulo: FAPESP/CNPq/ANPUH/Marco Zero, v. 11, n. 22, Mar. 91/Ago.92, 213p.

*Ivone Cordeiro Barbosa**

O número 22 da Revista Brasileira de História traz o título **Estruturas Agrárias e Relações de Poder** como indicativo da temática em torno da qual giram os artigos que compõem o referido volume. Para os historiadores preocupados com a problemática rural, não deixa de ser um acontecimento por demais relevante e que deve ser saudado como uma iniciativa da maior significação, pelo fato de que, dos onze volumes publicados, este é o segundo número dedicado ao tema, afora um ou outro artigo em outros volumes.

Dada a diversidade de temas e abordagens dos artigos que compõem a revista, além das considerações gerais, optei por pontuar algumas questões que me parecem significativas quando se discute a questão rural no Brasil e que me foram sugeridas a partir da leitura dos trabalhos apresentados.

Em termos gerais podemos perceber que na própria composição e distribuição dos artigos na revista, prevalece uma concepção de história que tem sido predominante na historiografia brasileira. De um lado, a suposição de que o rural no Brasil é a sociedade colonial, entendida aqui para além do seu sentido político restrito, e que esse "rural colonial" é essencialmente somente latifundiário, escravista e, coincidência ou não, canavieiro ou cafeeiro, dependendo do tempo e espaço analisados. Por outro lado, e ainda dentro dessa tradição historiográfica, a problemática do campesinato é "moderna" e só aparece referida a períodos mais recentes, como resultante dos processos de modernização pelos quais tem passado a sociedade brasileira, pretensamente, a partir dos anos 30. Hoje já dispomos de estudos relevantes que demonstram a precariedade de permanecermos pensando a realidade brasileira com estes marcos tradicionais de historicidade.

* Doutoranda no Departamento de História/USP e professora no Departamento de História da UFCE.

Notada essa tendência, no que diz respeito à periodização, entretanto, observamos diferenças significativas nas abordagens dos vários autores, tanto nos recortes temáticos quanto no esforço de interpretação inovadora de fontes tradicionais.

O artigo de V. Ferlini traz uma discussão metodológica rigorosa sobre as diferentes formas de compor os dados contábeis de um engenho, como forma de apreender a "mentalidade econômica" colonial. Embora aponte as diferentes leituras dos dados entre as partes em litígio pela posse do engenho, na sua interpretação, a autora não explora estas diferenças como tensões entre valores culturais em confronto, como resultado de experiências sociais, muitas delas, vividas fora do âmbito estrito da atividade econômica.

Apoiando-se no referencial teórico da Economia Política, R. Andrade encaminha sua reflexão no sentido de apontar a relação entre situação econômica e "superestrutura política" na sociedade escravista. Ao interpretar suas fontes a partir de um quadro conceitual modelar, o autor abandona excelentes indicações sobre as relações entre escravos e não escravos, que poderiam quebrar a idéia da escravidão como algo homogêneo e monolítico para toda a colônia e todo o período colonial.

O mesmo já não acontece no artigo de A. Freitas Filho, no qual a questão da técnica é tratada sob a ótica da cultura, como esforço social da elite brasileira no século XIX, para modernizar o processo produtivo no campo sem romper com a ordem escravista. A leitura que faz dos documentos sobre as Exposições Nacionais permite a apreensão dos projetos sociais que estão se configurando, onde agricultura canavieira e cafeeira, escravidão e estrutura agrária emergem não como algo dado, mas como resultante dos valores e tensões sociais que permeavam a sociedade brasileira naquele momento.

Os dois artigos que tratam da questão do campesinato, têm, metodologicamente, pontos de partida diferentes. J. Ferreira procura recuperar, a partir da carta de um lavrador para Getúlio Vargas, o processo de espoliação e opressão social que ocorria no mundo rural. Sem ter a pretensão de fazer generalizações, mas reconhecendo que os atos de linguagem ocorrem dentro de um universo cultural que os forma e informa, analisa o discurso identificando as tensões, os conflitos e antagonismos, e a partir daí, a percepção que o lavrador tem do social. Com um olhar desarmado de quadros teóricos cristalizados, faz falar vozes silenciadas e resgata a dimensão totalizadora do discurso do lavrador, onde experiências concretas e expectativas se confundem num único todo.

O artigo de Z. Iokoi, sobre experiências do campesinato, tem uma afinidade maior com as interpretações sociológicas produzidas na década de

70, nas quais a preocupação é situar a luta pela terra nos marcos das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. O que caracterizou essa produção, e, parece-me também recorrente no trabalho da autora, é a preocupação de apreender o movimento na sua institucionalidade, seja internamente ou nas mediações que estabelece com outras dimensões instituídas do social. A questão que se coloca para esta perspectiva de análise, é que mantém a tendência a deixar de lado várias das experiências desses grupos que, não se enquadrando nos modelos de organicidade, ficam excluídas como resíduo, quando não, como alienação.

O volume da RBH, no seu conjunto sugere algumas questões: a primeira, é a necessidade de repensarmos a sociedade colonial para além do tema da escravidão, do latifúndio e das práticas da sua elite; a segunda, é a de resgatar os significados da(s) cultura(s) rural(ais) como dimensões valiosas da cultura brasileira; e, terceiro é que talvez valha a pena problematizarmos mais a noção de rural, como forma de viver e apreender o mundo, como espaço social e não físico; e, finalmente pensar a relação rural/urbano na sua historicidade, uma vez que a simbiose e a superposição são fundamentais na formação do que podemos chamar realidade brasileira.